



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA INTERFACE ENTRE O ENSINO PRIVADO E O MOVIMENTO SOCIAL

Lidiane Ramos Lima¹

Margarida Ravenna Guimarães Chaves²

Welna Maria Barroso Saraiva³

Resumo: Ao tomarmos como base o I Encontro de Assistentes Sociais, realizado pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Ceará – SASEC, buscamos uma aproximação com a realidade, a partir da pesquisa de natureza qualitativa. Esta nos permitiu um despertar para questões entre o ensino privado e o movimento social, bem como, para existência de lutas e resistências aos desmontes deflagrados no atual contexto.

Palavra-Chave: Poder; Ensino Privado; Movimento social e sindical; Serviço Social.

Abstract: When we take as a basis the First Meeting of Social Workers, carried out by the Union of Social Workers of Ceará - SASEC, we seek an approximation with reality, based on research of a qualitative nature. This allowed us to awaken to questions between private education and the social movement, as well as to the existence of struggles and resistances to the dismantles that have been initiated in the present context.

Keyword: Power; Private Teaching; Social and trade union movement; Social service.

1. INTRODUÇÃO

O exercício da sistematização das nossas práticas está para além da necessidade de organização documental ou histórico dos passos dados com a luta política da categoria, ele é fomentador de emoções, de revitalizações, é mantenedor da chama da coragem e esperança, sobrepondo-se a inércia que tão fortemente nos abate. Portanto, sistematizar nossas ações nos campos profissionais, nas mais diversas áreas de intervenções, nos serve como exercício para correções futuras, para traçar novos diálogos e ferramentas capazes de auxiliar na unidade entre teoria e prática.

Este processo nos faz afirmar uma concretude e indissociabilidade entre as dimensões fundantes e significativas do Serviço Social, as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, para nos aproximarmos do projeto ético-político que nos norteia e se traduz numa autoimagem do(a) assistente social. Por fim, embora se afirme que há uma “maioridade intelectual,” lembrando do termo elucidado por

¹ Profissional de Serviço Social, Sindicato dos Assistentes Sociais do Ceará, E-mail: lidianerl@hotmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Sindicato dos Assistentes Sociais, E-mail: lidianerl@hotmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal de Paracuru, E-mail: lidianerl@hotmail.com.

Guerra (2009, p.703) diante da importância da pesquisa para o Serviço Social, revelando a pesquisa e a intervenção “como elementos que compreendem a dialética do modos de ser da profissão,” entendemos que estes caminhos sofrem severas austeridades e golpes na conjuntura atual.

Portanto, este trabalho tenta objetivar reflexões sobre a vivência profissional na área da educação, precisamente provém de uma experiência com o exercício da docência por meio de uma instituição privada, ou seja, atuando no Curso de Serviço Social quando ainda não se tinha definições e matérias suficientes acerca do exercício profissional em determinadas entidades no Ceará, consideradas de ensino superior e a distância. Além da vivência mais atual que corresponde aos desafios contemporâneos no exercício dos movimentos sociais, precisamente do movimento sindical, enquanto representante também da diretoria do Sindicato Estadual dos (as) Assistentes Sociais do Ceará-SASEC. Sendo este trabalho motivado principalmente após o I Encontro de Assistentes Sociais, promovido pelo Sindicato em maio de 2019.

Como pauta para iniciarmos o trabalho nos cabe relacionar algumas referências que são fundamentais para discussão, categorias que balizam nossas leituras sobre a realidade, portanto partimos do entendimento sobre os movimentos sociais, por meio de Maria da Gloria Gohn (2008, 2012, 2017), Abramides e Duriguetto (2014) e Foucault (2012) e demais autores(as) influenciadores(as) sobre a temática. Por isso, enfatizamos sobre a compreensão de que existe um poder circulante entre as forças e relações mediadas entre os sujeitos nas mais diversas conjunturas e histórias que marcam os caminhos de conquistas e perdas por meio dos movimentos sociais.

Para Foucault (2012, p. 43), ninguém é, propriamente falando, titular do poder, pois é algo que é exercido para uma determinada direção, com uns de um lado e outros do outro. Assim entendemos melhor a citação de que: “não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.

Ao parafrasear Lima (2015), devemos entender algo sobre o poder para compreender certa dinâmica existente nos movimento sociais, quando afirma que ao contrário da ideia de que o poder deve ser visto apenas como algo que diz não, que impõe limites e reprime, da concepção negativa de poder, ao identificarmos principalmente com o papel do Estado, na sua forma repressiva, pois o poder também tem sua forma positivada.

Machado (2012), diz que a dominação capitalista não estaria mantendo-se apenas e exclusivamente com base na repressão se não houvesse esse lado de concessões e positividade do poder. De maneira que há cooptação, há entregas e deliberações que satisfazem determinados contextos ou conjunturas da vontade da sociedade dominante.

Assim sendo, Gohn (2012) corrobora os registros a partir da reflexão de que os movimentos sociais têm um caráter educativo e que a prática se constrói em vários planos e dimensões e que não determinam nenhum grau de prioridade, embora articulados. A partir daí, descreve a dimensão da organização política, fundamentada na consciência adquirida progressivamente sobre direitos e deveres; a dimensão da cultura política, através do próprio exercício político favorecendo o desenvolvimento de uma cultura que valorize a participação, da utilização de ações contínuas e sistemáticas, do acúmulo de experiências, em que a “fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada” (THOMPSON, 1979 apud GOHN, 2012, p. 23); e, por último, a dimensão espacial-temporal, que “leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população, no presente e no passado”, esta dimensão “possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado. As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular” (GOHN, 2012, p. 25). Essas leituras servem-nos para lembrar do papel intelectual exercido por profissionais no desenvolvimento de certas funções, devemos considerar que estas estão permeadas por interesses conforme as visões de classe.

Tendo em vista as categorias a serem mediadas neste trabalho, não se pode perder de vista a leitura sobre participação, conforme estudo realizado por Lima (2015, p.147), esta cita novamente as reflexões de Gohn (2008), quando diz que a participação é uma lente que possibilita lançar um olhar ampliado sobre a História. Para Teixeira (2002), a participação no caso dos movimentos sociais, não é exercida sem dificuldades objetivas, pois considera que as desigualdades econômicas, sociais, culturais e étnicas podem influenciar na constituição de comunidades fechadas, até mesmo fragmentadas, diante do mundo globalizado; entretanto, na busca por auto-organização podem encontrar uma forma de reconhecimento das suas diferenças e direitos.

Ao compreendermos as questões elucidadas, visualizamos como necessárias as explicações sobre a relação com as demais categorias, haja vista que foram enunciadas as experiências ainda na docência, precisamente no movimento sindical. Esta relação deve-se ao fato de entendermos os mais diversos desafios postos ao processo de ensino e aprendizagem, principalmente para docentes e discentes em Serviço Social, quando estes estão, sobretudo, vinculados ao ensino privado, especificamente ao ensino na modalidade a distância. A precariedade posta ao educador(a) para fomentar e proporcionar o entendimento sobre a indissociabilidade entre as dimensões fundantes no exercício da profissão, bem como a práxis através da indiscutível função pedagógica do (a) assistente social, tornaram-se extremamente provocadoras.

Em estudo anterior feito por Lima e Castro (2015), que falava sobre a experiência docente no ensino superior com foco no aprender e o fazer na contrarreforma da educação, os autores citaram Lima e Pereira (2009), que teciam uma reflexão sobre o crescimento do ensino privado e as repercussões sobre as dimensões anteriormente elucidadas para o Serviço Social, afirmando estes que o acesso à universidade em tempos de neoliberalismo ganhou nova racionalidade diante de dois mecanismos básicos marcados pela “explosão” do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior, o que culmina no crescimento, ou melhor dizendo, na expansão do número de ingressos na educação superior. As últimas autoras, contudo, apontam dois elementos cruciais para o crescimento do acesso ao ensino superior por meio das instituições privadas, consistindo em primeiro lugar tratar-se:

De um acesso via diversificação das IES direcionada especialmente às IES privadas não universitárias e que não precisam, por determinação legal, implementar políticas de pesquisa e extensão, na medida em que somente as universidades são caracterizadas como instituições em que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (LIMA e PEREIRA, 2009, p.34-35).

Quanto ao segundo elemento a ser elucidado, corresponde ao fato de que este acesso estava relacionado aos cursos de curta duração. Dentre estes, é possível destacar os cursos sequenciais, cursos a distância. Para as autoras isso estaria em conformidade com o aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala (LIMA e PEREIRA, p.35). Estes casos afetam diretamente a formação profissional em Serviço Social, tornam a formação fragilizada, afetando diretamente a leitura sobre os fundamentos do curso, portanto desqualificando a compreensão sobre as “peculiaridades advindas da formação de inserção do serviço social na divisão social e técnica do trabalho (GUERRA, 2011, p.152). Estas questões em meio à barbárie que vivemos, irão repercutir, principalmente, na ausência da pesquisa, enquanto ação interventiva do (a) assistente social na identificação e análise da realidade, podendo intensamente correlacionar de forma danosa as decisões éticas e políticas da categoria em formação, principalmente por conta do distanciamento dos movimentos políticos.

Este trabalho teve, portanto, sua base metodológica na abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (1994, p. 203), conforme citada por Lima e Castro (2015), “o estudo qualitativo deve descrever, compreender e explicar a realidade.” Portanto, com base em Minayo, o proposto está relacionado ao compromisso político que é perpassado por uma ideologia transformadora, comprometida com outro modelo de sociedade, que acredita no sujeito como ser social, histórico e eminentemente político (LIMA e CASTRO, 2015). Haja vista a experiência de campo vivida a partir da militância política, tentaremos explicitar sobre certos dados colhidos junto a categoria, no I Encontro de Assistentes Sociais, realizado pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Ceará – SASEC, em meio à semana comemorativa ao

(a) profissional assistente social, o que fora um despertar para a questão trabalhada no momento.

Portanto, a partir de uma perspectiva ancorada na busca bibliográfica, documental e de vivência no campo de intervenções, propomos uma aproximação de certa forma da pesquisa participante à realidade, sobretudo tentando perceber os rebatimentos causados pela precariedade no ensino, leituras dos estudantes a partir do acesso a novos saberes e espaços de diálogos. Numa busca para efetivar uma técnica triangular sobre as concepções que embasam o trabalho, prezamos pela unidade com o apreendido nos espaços de intervenção, dessa forma, houve também uma apropriação de registros, narrativas expostas pelos(as) estudantes, contanto ainda com a experiência da supervisão de campo, com educandas provenientes das faculdades particulares. Estas desafiam constantemente o profissional de campo, bem como a si mesmas, diante dos determinantes históricos e das refrações sociais vivenciadas.

Sendo assim, este trabalho teve início com o aporte introdutório que nos remete a conhecermos o objetivo do trabalho, a inserção profissional motivadora para tal feito, além dos registros sobre determinadas categorias em análise. Na sequência, foi possível registrar as observações acerca das questões pertinentes às fragilizações no processo educativo e os rebatimentos para organização da classe, o envolvimento desta nas lutas coletivas, sobretudo educativa, de maneira que conseqüentemente irá repercutir nas formas de compreensão da realidade e intervenções profissionais. Por fim, as conclusões que apontam para despolitização e o distanciamento do(a) profissional no entendimento sobre os projetos de classes existentes, portanto, tornando o(a) profissional, um trabalhador e trabalhadora mais próximo de um processo alienante, com fins imediatos, atendendo apenas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e do(a) próprio (a) profissional.

2. O FORTALECIMENTO DA DIMENSÃO MOBILIZADORA DO SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DA LUTA SINDICAL

De acordo com Gohn (2012, p. 19), no século XX foi desenvolvido um conceito de cidadania baseado mais nos deveres do que nos direitos, deveres estes em especial para com o Estado, que se tornou um interlocutor da sociedade. “O Estado passa a regulamentar os direitos dos cidadãos e restringi-los, ou cassá-los, em determinadas conjunturas históricas”. Essa versão interpretativa da realidade torna-se pano de fundo para as discussões atuais acerca dos movimentos sociais existentes no país. Sem condições pretensivas para aprofundar sobre o assunto, embora instigante e atual, cabe-nos através do olhar sobre o momento relatar os reflexos que a educação bancária e mercantilizada,

sem compromisso com a formação pública e crítica, pode deixar de herança para milhões de brasileiros (as).

Quando ainda se vivia em 2015 neste país o comando das políticas educacionais efetivado por membros ligados a um partido de esquerda, já se teciam severas críticas na forma como vinha se implantando o acesso à educação superior, vale destaque nesse momento para o Curso em Serviço Social, com acentuado crescimento no país, principalmente por meio da ação privada, tornando-se também marcado pela política de fortalecimento do “empresariamento” na área da educação (LIMA e PEREIRA, 2009, p.41). Conforme as estudiosas, há uma busca por baratear seus custos, portanto os investimentos são diretamente nos cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Com o barateamento das despesas, haverá conseqüentemente uma alta lucratividade.

De acordo com levantamentos realizados em 2015 por Lima e Costa (2015), o relatório do conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS e ENESSO (2010, p.01), publicado em artigos anteriores, registrava que até meados da década de 1990 o ensino a distância no Brasil era desenvolvido a partir da vinculação aos cursos profissionalizantes e de complementação de estudos. Já no fim do século XX, com a ampliação da internet, “iniciou-se uma política nacional de educação superior a distância. Seu marco fundamental está na Lei de Diretrizes e Bases-LDB, incentivadora desses programas, e que posteriormente foram regulamentados pelos decretos 2494/98 e 2561/98.” No país atual, os desmontes orçamentários, os cortes nos repasses para educação superior e pública têm sido nortes para disputa de classes. Este fato potencializa ou demonstra a política de privatização abraçada pelo governo federal.

Conforme dados estudados acerca do perfil recente dos (as) participantes no I Encontro de Assistentes Sociais realizado pelo SASEC no primeiro semestre de 2019, que abordou o contexto atual e as conseqüências da Reforma da Previdência para vida dos(as) trabalhadores(as), quando se abriu para participação de estudantes, registramos que das 28 pessoas que responderam afirmando estarem em processo de formação, 25 estavam inseridas na rede privada de ensino, destas, 12 estavam vivenciando a experiência por meio de cursos a distância. Este fato reflete diretamente nas concepções, compreensões e efetivação de uma prática educativa imbuída na garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, principalmente, por decorrer das condições vivenciadas por estes(as) alunos(as) e, sobretudo, pelas refrações que atualmente enfrentam os (as) educadores (as), reforçadas pela precarização das condições de trabalho, ausência de infraestrutura e baixos salários.

Tanto profissionais como estudantes enfrentam nos seus cotidianos os rebatimentos do modelo neoliberal implantado no país, que há décadas vem

experimentando as mudanças nas mais diversas relações sociais, sobretudo, as trabalhistas. Como dizem Abramides e Duriguetto (2014, p.87), “a retirada de direitos cria uma fração cada vez maior da classe trabalhadora com relações de trabalho informais ou, mesmo no chamado mercado formal, cria relações precárias, através de contratos temporários, terceirizações [...]”. Os dados levantados pelo SASEC também identificaram que os(as) mesmos (as) participantes que se registraram enquanto estudantes, um número de 12 destes(as), afirmaram estudar e trabalhar, contudo, nas mais diversas frentes de ocupação, destacando que, deste número, a maioria estaria recebendo até dois salários mínimos.

A realidade relatada supostamente vai afetar, sobretudo, o processo de mobilização social desses sujeitos elencados, em razão do distanciamento com um dos elementos constitutivos da categoria, ou seja, a prática educativa, algo indispensável na concretização das práxis mediada pelo(a) assistente social. Como nos dizem Abreu e Cardoso (2009), há diversos projetos profissionais societários, dentre os lembrados, existem os que caminham para superação da sociedade capitalista, “[...] tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelas lutas democráticas e pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas e de toda sociedade [...]”. Por outro lado, existem os demais projetos que visam à manutenção da classe capitalista no poder, ou seja, a manutenção da ordem capitalista, “[...] tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas (ABREU; CARDOSO 2009, p. 600).”

Ao relacionarmos as categorias elencadas neste trabalho, voltamos novamente a leitura sobre o poder pensado por Foucault (2012), a partir da compreensão que havia produção de propriedades de objetos e rituais de verdade por parte do poder; entretanto, ele produz uma eficácia produtiva, “uma riqueza estratégica,” ou seja, uma positividade, principalmente sobre os corpos, de maneira a aprimorá-los e adestrá-los. Por fim, chegar ao proveito máximo de sua potencialidade, principalmente, econômica, de forma que haja uma redução da sua forma política. Dentre os registros percebidos, vale ressaltar que os movimentos sociais e sindicais a partir da década de 1990 no Brasil, sofreram uma institucionalização por parte do poder público e isso descaracterizou o papel político do militante. No entanto, podem ser oferecidos pontos de resistência à dominação, a partir das mudanças de si, por meio de lutas específicas, compreendendo que toda relação de poder está mexendo com o saber, com a criação, e que esse pode gerar possibilidades de rompimento com o processo de repressão e dominação.

Tendo como exemplo os vários movimentos existentes no país desde 2013, pode-se dizer que os movimentos mudaram, e novas lutas passam a compor o cenário

nacional, como o movimento de mulheres, grupos indígenas e outros. Reflexos políticos, econômicos, sociais e culturais marcam essas mudanças e, como diz Gohn (2017), os movimentos clássicos passam à defensiva, e crescem as multidões por meio da chamada via redes sociais, dando novos significados às lutas sociais. Contudo, a autora lembra que até o ano de 2017, os sujeitos que clamavam por mudança agregavam aos atos ainda de forma pontual, com ações fragmentadas, embora aconteça a criação de representações simbólicas, personificadas. E para os antigos movimentos sociais, de acordo com Gohn (2017) as ruas ainda constituem esperança e reconquista de força.

Para nós assistentes sociais, sindicalistas e inseridos (as) nos mais diversos campos de trabalho, especificamente na docência, essas mudanças no processo de inserção, e as possíveis fragilizações que ocorrem no processo de formação atual dos (as) estudantes em Serviço Social, são propiciadoras e corroboram uma instabilidade também no seu papel ético, mobilizador e educativo, portanto, podemos nos perder em intervenções e respostas instrumentais, a partir do retorno às visões conservadoras e fundamentalistas, com práticas tecnicistas ou mesmo messiânicas.

Por isso, devemos buscar fortalecer o papel neste momento do sindicato em abraçar a causa da formação continuada dos(as) profissionais, da aproximação com a categoria, do chamado e das respostas às lutas específicas, contudo, agarrado à ideia de um projeto de transformação societário, mesmo que nos microterritórios, contudo pautado na justiça social e na liberdade de luta. Chamar o(a) profissional e o(a) estudante em formação é entender o papel educativo da entidade, a retomada necessária para formação política. Dessa forma, é poder estar à frente das batalhas coletivamente, combatendo as inércias a partir de uma capacidade crítica sobre a realidade, mostrando a possibilidade de mobilização e resistência.

A dinâmica do real vai nos motivando no momento a irmos também às ruas, as causas mais centrais voltam novamente a serem foco do debate neste ano de 2019, dentre estas o direito a democracia, o fortalecimento das instâncias que compõem a estrutura de um estado de direito. Como já nos mostrou Guerra,

Enquanto as condições que engendram a passagem de um estado de sociedade a outra não estiverem amadurecidas, cabe-nos militar no sentido de compreendermos as determinações postas à intervenção profissional, os diferentes projetos de classe ou segmentos de classe que permeiam a ação do assistente social na afirmação da sua instrumentalidade e as racionalidades que daí engendram-se, entendendo que a militância política não apenas extrapola partidarismo e prática profissional, como também os incorpora e os unifica no encaminhamento de propostas coletivas (GUERRA,2011, p.193).

Portanto, não se pode perder de vista a luta obstinada de combate aos desmontes que recaem sobre a recente Democracia e Estado de Direito brasileiro. A austeridade e perdas dos direitos vividos no país, explodem para novos rumos e nesse

cenário tenebroso, crescem também as provocações para o Serviço Social, exatamente no processo de formação de novos trabalhadores(as). O novo pode também se construir na interface entre educação privada e a prática educativa, para além da formação de meros trabalhadores e trabalhadoras tecnicistas e operacionais, cabendo-nos com isso, fortalecermos o nosso olhar, entender a história e suas conjunturas. Não se pode mais reverter os espaços iniciados com a mercantilização da educação, mas podemos juntos e juntas coletivamente, transformar os novos acessos a esta, rumo a uma mudança societária, ao compreendermos, sobretudo, o poder do saber.

3. CONCLUSÃO

Em meio a todas as questões postas no conteúdo desenvolvido neste estudo, fica a certeza que para trabalhadores e trabalhadoras em especial para assistentes sociais, há limites e possibilidades inesgotáveis na conjuntura atual. Podemos dizer que há desafios constantes, que já verberam de forma mais clara e severa o nosso fazer profissional, repercutindo na atuação e nas propostas interventivas junto à população.

Portanto, o processo de formação, seguidor dos modelos atuais no que se refere principalmente à proposta de uma formação a distância, encontra-se ameaçado e longe de eixos básicos para um saber crítico, e da realidade na sua totalidade, contribuindo para um distanciamento da intervenção pautada numa práxis e de transformação do cenário classista, racista e patriarcal como o nosso. Entretanto, há notoriedade para as ações dos(as) que resistem aos projetos societários que comungam com o modelo vigente, ou seja, excludente. Dessa maneira, o trabalho na condição de sindicalizadas neste tempo de barbárie e, ao mesmo tempo, contribuindo com a formação de estudantes, seja como docentes ou supervisores(as) de campo, converge para acreditarmos que mesmo em pequenos espaços, estamos imbuídas numa perspectiva de resistência ao compreendermos as correlações de forças existentes na sociedade e desafiarmos esta interface entre o aprender e a capacidade educativa da profissão, ou seja, de luta e participação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 593-608.

ARAUJO, Inês Lacerda. **Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias**. Ítacara, 14. Programa de Pós-

Graduação em Filosofia-PUCPR. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/92896606/foucault>>. Acesso em: 05 de agosto de 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.301-321.

FOUCAULT, M. Moral e prática de si. In: **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de França (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008 – (Coleção tópicos). Original francês.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.- (Coleção questões da nossa época; v. 59).

_____. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013. - (Coleção questões da nossa época; v. 47).

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção questões da nossa época; v. 37).

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo, Cortez, 2008. (Coleção questões da nossa época; v. 123).

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-740.

_____. A instrumentalidade do Serviço Social.- 9.ed. - São Paulo:Cortez,2011.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica de Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva e Marcos Júlio. Porto Alegre: Penso, 2013.

LIMA, L. R. **Mulheres Agentes Sociais de Paracuru**: uma trajetória de significados para além do espaço privado. Fortaleza, 2015. 191f. Dissertação (Curso Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade com área de concentração em políticas públicas e sociedade) Universidade Estadual do Ceará-UECE. Fortaleza, 2015, p. 119-125.

_____.; CASTRO, F. M. F. M. **POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO DE DESCONSTITUIÇÃO DAS RELAÇÕES DESIGUAIS DE GÊNERO**: exercício de participação e poder. In: **Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade: Experiência e Desafios**. Fortaleza, Governo do Estado do Ceará e UFC virtual. 2015.

_____.; EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O PRENDER E O FAZER NA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO. **VIII Semana de Pedagogia da UFC**. Universidade Federal do Ceará. 2015.

LIMA, K. R. de S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **Sociedade em Debate**. Pelotas, RS. 15 (1): 31-50, jan-jun, 2009. p.31-50

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 7-34.

MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz.; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. – São Paulo: Cortez, 2014. p. 85 -101

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo–Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

OLIVEIRA, Tiago Bernandon de. O GOLPE DE 2016: BREVE ENSAIO DE HISTÓRIA IMEDIATA SOBRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO. **Historiae**. Rio Grande do Sul. V.7, n.2, 2016, p. 191-231.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

THOMPSON, E. P. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Grijalbo, 1979.